Greves, relações laborais e direitos sociais na Revolução dos Cravos em Portugal (1974-1975)

Strikes, labor relations and social rights in the Carnation Revolution in Portugal (1974-1975)

Raquel Varela*

Resumo - No biénio 1974-1975 Portugal viveu o maior surto grevista do país no século XX. Neste artigo olhamos para os contornos destas paralisações, para colocar hipóteses que nos ajudem a compreender a relação entre factores objectivos e subjectivos no processo revolucionário português, considerando que os dados empíricos sobre a forma mais radical de conflito capital-trabalho, a paralisação da produção, permitir-nos-ão uma melhor percepção, ainda que incompleta, sobre a disponibilidade de sectores da classe trabalhadora portuguesa para lutar por um projecto político de ruptura com o capitalismo.
Palavras-chave - greves; relações laborais; direitos sociais; Revolução Portuguesa.

Abstract - The 1974-1975 biennium constituted Portugal's largest strike outbreak period in all of the twentieth century. This article looks at the characteristics of these work stoppages paralizations in order to draw hypotheses which can help in understanding the relations between objective and subjective factors in the Portuguese revolutionary process, taking as a starting point the idea that the empirical data on the stoppage of production, the most radical form of capital-labor conflict, will allow a better, albeit still incomplete, insight on the availability of Portuguese sectors of the working class to fight for a political break with capitalism.
Keywords - strikes; labor relations; social rights; Portuguese Revolution.

Introdução

No biénio 1974-1975 Portugal viveu o maior surto grevista do país no século XX. Neste artigo olhamos para os contornos destas paralisações, para colocar hipóteses que nos ajudem a compreender a relação entre factores objectivos e subjectivos no processo revolucionário português,

* Historiadora. investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa – onde coordena o Grupo de Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais – e do Instituto Internacional de História Social, Amesterdão *Correspondência*: IHC – Av de Berna, 26. 1069-061 – Lisboa. Portugal. E-mail: <raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk>.

considerando que os dados empíricos sobre a forma mais radical de conflito capital-trabalho, a paralisação da produção, permitir-nos-ão uma melhor percepção, ainda que incompleta, sobre a disponibilidade de sectores da classe trabalhadora portuguesa para lutar por um projecto político de ruptura com o capitalismo.

Se *objectivamente* uma greve coloca sempre em causa a propriedade privada dos meios de produção – por ser uma acção colectiva organizada através da qual se expressa a contradição capital-trabalho –, do ponto de vista subjectivo raramente a greve significou, em Portugal, depois do período do Estado Novo, um conflito contra o capitalismo. As reivindicações foram quase sempre maioritariamente económicas (PATRIARCA, 1999; FREIRE, 1999). Porém, durante a Revolução dos Cravos, entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975, esta situação alterou-se e uma parte significativa das greves foram conflitos que *subjectivamente* puseram em causa os centros de poder, a gestão e a propriedade das fábricas e empresas, e que muitas vezes se expressaram pela ocupação destas e até, nalguns casos, por sequestros de patrões e administradores.

A Revolução dos Cravos (1974-1975)

"Quilómetros e quilómetros de povo. Povo alegre." Medeiros Ferreira fala em 2 milhões de pessoas em todo o país a celebrar o 1º de maio de 1974, o primeiro legal dos últimos 48 anos, quase meio século de "noite", para relembrar uma expressão de Victor Serge aplicada à Alemanha. O jornal *República* noticia: "O povo já não tem medo!" Esta descoberta espantosa e comovedora dominou ontem as gigantescas manifestações do 1º de maio, que assumiram proporções nacionais. Um ex-exilado político vindo de França declarou-nos em lágrimas: "Diga ao seu jornal que isto foi mais belo e mais esplêndido do que a libertação de Paris, a que eu assisti."[1]

Há manifestações por todo o país: Lisboa, Porto, Setúbal, Barreiro, Beja, Faro, Leiria, Bragança. Redações de jornais, ordem dos advogados, professores, fábricas e empresas, músicos, cineastas, atores, todos assinam cartas de adesão às manifestações do 1º de maio. Em Lisboa há duas manifestações. A primeira, que terá reunido perto de meio milhão de pessoas, no estádio da Federação Nacional Alegria no Trabalho (FNAT), rebatizado de Estádio 1º de maio, foi convocada pelos sindicatos, o Partido Comunista (PCP) e o Partido Socialista (PS). A segunda, o "1º de maio Vermelho" foi convocada pelo Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (PCTP/MRPP), maoísta, para a Praça do Rossio, e terá reunido, de acordo com o Diário de Notícias,

[1] As fontes documentais de pesquisa, como esta, são apresentadas em nota de rodapé. In: *República,* 2 de maio de 1974, p. 1.

40.000 pessoas. Foi em todo o país um dia de grande "lição do povo". Não é possível realmente dizer quantas pessoas participaram, uma "multidão sem precedentes"[2].

"A política foi, em primeiro lugar, a arte de impedir as pessoas de se intrometerem naquilo que lhes diz respeito"[3], escreveu o poeta francês Paul Valéry (1941). O 25 de abril iniciou em Portugal um período em que a política foi exatamente o contrário, a arte de as pessoas se envolverem nas decisões que condicionam o seu dia a dia. O golpe militar de 25 de abril de 1974 abre portas à entrada em cena de milhões de trabalhadores, iniciando uma situação revolucionária em Portugal marcada pela luta contra a ditadura, lutas democráticas portanto. São as lutas pelas liberdades democráticas, o ódio à ditadura, que determinam a entrada em cena dos trabalhadores e setores intermédios da sociedade, contra, aliás, as ordens da própria direção militar que tinha posto fim à ditadura, o MFA. Nesse momento, embora não ainda legalmente consagrados, são socialmente garantidos os direitos de manifestação, reunião, associação, constituição de partidos políticos, direito à greve, ocupação de empresa, organização na empresa e organização sindical.

A partir de março de 1975, com a generalização da constituição de comissões de trabalhadores e de moradores (que designaremos genericamente por organismos de duplo poder[4]), o início da reforma agrária e o questionamento da propriedade privada – processo que se dá por ação dos trabalhadores, muitas vezes em luta contra os despedimentos ou a descapitalização e abandono de empresas e não por estratégia da sua direção política principal, o PCP –, a revolução portuguesa sofre um salto qualitativo, transformando-se numa situação revolucionária social, de tipo "soviético", que em setembro de 1975, com a irradiação da dualidade de poderes nas forças armadas (SUV, comissões de soldados, etc.), pensamos, é já uma crise revolucionária, ou seja, o momento em que ou se dá o deslocamento do Estado ou um golpe contrarrevolucionário põe fim à crise do Estado. Com o golpe de 25 de novembro de 1975, a revolução sofre uma derrota e inicia-se um processo de contrarrevolução, assente na progressiva estabilização da democracia liberal representativa, como recorda o economista (já falecido) Sousa Franco (1994).

A combinação rara de alguns fatores levou à ocorrência da maior crise num Estado europeu desde a II Guerra Mundial: a derrota da guerra colonial, a crise económica de 1973, uma sociedade desorganizada em que as classes trabalhadoras e populares não tinham um veículo único de diálogo com o Estado (sindicatos ou partidos fortes), uma população ope-

[2] *Diário de Notícias*, 3 de maio, p. 4.
[3] "La politique fût d'abord l'art d'empêcher les gens de se mêler de ce qui les regarde" (VALERY, 1941).
[4] Charles Tilly, relembrando a dificuldade que todos os processos revolucionários levantam à teorização de uma definição comum a estes momentos de transformação social e a variabilidade de fatores que caracterizam uma situação revolucionária, optou por utilizar como elemento central definidor das revoluções a existência de duplo poder (1995, p. 26-27).

rária, jovem, fortemente concentrada em dois lugares chave do país: as margens do estuário do Tejo e o Porto.

Em primeiro lugar, a revolução é determinada pela luta anti-colonial. A revolução na metrópole começa como resultado da guerra colonial em África, que se expressa através de um golpe militar levado a cabo pela oficialidade intermédia das Forças Armadas, o Movimento dos Capitães, depois rebatizado Movimento das Forças Armadas (MFA). O arrastamento da guerra ao longo de treze anos sem vislumbre de qualquer solução política no quadro do regime de Marcelo Caetano e a iminência de derrota abriram a crise nas forças armadas, coluna vertebral do Estado (ROSAS, 2004).

Em segundo lugar, a radicalização da Revolução Portuguesa deve-se também à recessão mundial que começa em 1973 e se tornou na mais grave crise económica do pós-guerra, arrasando o sistema de Bretton Woods, erguido a seguir à II Guerra Mundial. É exato que, como assinala o historiador Valério Arcary, as causas das revoluções caminham de forma desigual:

> a disposição revolucionária das massas e a crise nacional [são] fatores que caminham em paralelo mas de forma variável e desigual [...]. As crises económico-sociais podem-se agravar antes que as massas entrem em cena, ou, inversamente, os sujeitos sociais explorados podem-se lançar à luta primeiro em países onde a crise pareceria menos severa que em outros. (2004, p. 38).

Mas no caso português caminharam em conjunto, e esse fator não pode ser ignorado por quem estuda a revolução. Como assinala Schmitter, "não há dúvida" sobre o impacto da "crise atual do capitalismo mundial" no desmoronamento económico em Portugal (SCHMITTER, 1999, p. 226).

A crise económica atingiu a classe dominante nacional, provocando divisões no seu seio e praticamente inviabilizando o esforço de guerra que já dominava 40% das despesas do Estado (e 8% do PNB). A crise cíclica de 1973 foi a maior crise de acumulação depois do fim da II Guerra Mundial. Em 1974 a produção nos Estados Unidos, economia reguladora do sistema mundial, tinha caído 10,4% e o desemprego situava-se em 9% (COGGIOLA; MARTINS, 2006). Em Portugal, a taxa de variação do Produto Interno Bruto passa de 11,2% em 1973 para 1,1% em 1974 e -4,3% em 1975, o que deve ser ressaltado desde logo porque desmistifica a teoria segunda a qual as empresas entraram em crise por força das reivindicações laborais. Como lembra Michel Beaud, nos anos 1960 a crise parecia inconcebível, e em 1971, Paul Samuelson, prémio Nobel da economia um ano antes, declarava otimista a capacidade do capitalismo para evitar as grandes crises (BEAUD, 1992). Mas em 1973 "a crise aí está, com todo o seu cortejo de consequências, incontrolável, indomável. Afrouxamento do crescimento, subida do desemprego, aumento da inflação, baixa do poder de compra dos trabalhadores" (BEAUD, 1992, p.260). A taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto dos EUA passa de 4,7% em

1970-73 para 2,4% em 1973-78; na Grã-Bretanha, de 4,3% para 0,9%; no Japão, de 8,1% para 3,7%, e o número de desempregados triplica na Grã-Bretanha e na República Federal Alemã entre 1973 e 1977, para citar alguns exemplos. Em Portugal, a classe trabalhadora parece ter-se antecipado a certos conselhos em voga sobre como encarar uma crise, e aborda esta dupla crise, económica e militar, não como uma calamidade, mas como uma oportunidade política. À paragem da produção ou encerramento de fábricas responde com ocupação da propriedade e manutenção da laboração. Nas palavras de Beaud:

> Desmoronam-se, com efeito, sob o ponto de vista do capital, quer as condições de produção do valor, quer da mais-valia, quer as condições da sua realização. Do lado da produção, é em primeiro lugar o impulso do movimento operário para a elevação dos salários. (BEAUD, 1992, p. 261).

A crise foi determinante para o curso da revolução: a taxa de desemprego, a descapitalização das empresas, os aumentos salariais e todo o processo de ocupação de fábricas e assembleias de trabalhadores a estes fatores associados estavam entre as principais preocupações das lideranças políticas no biénio 1974-1975. A estes fatores objetivos, que são parte de um processo de decadência nacional – queda do PIB, peso do orçamento militar sobre o orçamento de Estado, retrocesso da economia na metrópole – junta-se o protagonismo do movimento operário. A maioria dos conflitos sociais da revolução portuguesa é protagonizada pelo operariado jovem industrial (MUÑOZ, 2000). Portanto, trata-se de conflitos que ocorrem maioritariamente no setor que produz valor diretamente, de uma classe operária relativamente jovem (a grande migração do campo para a cidade deu-se a partir do início da década de 1960) e concentrada geograficamente.

Finalmente, os conflitos sociais da revolução portuguesa dão-se exatamente nos anos de maior transformação económica e social do mundo ocidental desde o pós-guerra. O maio de 1968 inaugurou uma nova situação política mundial, marcada por dois fatores que não ocorriam, nos países centrais, desde a derrota do nazi-fascismo em 1945: a reentrada na arena política das classes trabalhadoras e o início do fim da hegemonia dos partidos comunistas fiéis à União Soviética (BIRKE et al, 2009). Valério Arcary (2004) escreve que "pela primeira vez depois da guerra, situações pré-revolucionárias ou diretamente revolucionárias atingiram alguns países do centro do sistema mundial". Loren Goldner considera que 68 abriu uma "nova era de revolução global", marcada pelo maio de 1968, o "outono Quente", de 1969, em Itália, a Revolução Portuguesa e a "erupção de classes em Espanha, mais dispersa mas mais radical" (2000, p.14). Parece certo que o maio de 1968, conjuntura em que se deu a maior greve geral da Europa do pós-guerra, provocou aquilo que Gerald Ford, presidente dos EUA entre 1974 e 1977, mais dizia temer, o "efeito dominó", ou seja, a força do

exemplo, a demonstração de que é possível tentar o que outros já fizeram, a força do impulso da vitória. Em Itália, a situação não foi diferente e à luta estudantil de 1968 juntaram-se os protestos operários do outono Quente de 1969: Fiat de Turim, Pirelli de Milão, Petrolchimico de Porto Marghera. Em julho de 1969, a situação social radicaliza-se por ocasião da renovação contratual dos metalúrgicos, quando em Turim operários da Fiat e estudantes se confrontaram com a polícia. Os Estados Unidos, por seu turno, estavam a perder a guerra do Vietname, que entra na sua fase final na mesma altura em que rebenta o escândalo Watergate, que leva à demissão de Nixon em agosto de 1974. A Inglaterra, perante o desequilíbrio da balança de pagamentos, alta inflação e desemprego galopante vivia no início da década de 1970 uma rutura nas relações laborais que leva à queda do governo conservador. Vive-se em terras britânicas aquilo que Giuseppe Mammarella chama os "anos mais difíceis" (1996, p. 312) com um aumento dos conflitos de classe em setores muito fortes do movimento operário como os mineiros, em consequência da crise económica. Desta crise nascem os dois primeiros contratos sociais assinados entre o governo trabalhista e a central sindical, TUC. Em 1973, no Chile, um golpe levado a cabo por Augusto Pinochet com o apoio dos Estados Unidos e o empenhamento pessoal de Henry Kissinger derruba o governo democraticamente eleito de frente popular de Salvador Allende, instaurando uma das ditaduras mais sangrentas da América Latina, que matou cerca de 3000 pessoas. No Médio Oriente, em outubro de 1973 rebenta a guerra do Yom Kippur, que opõe Israel ao Egito e à Síria. O Mediterrâneo "vermelho" era uma ameaça real: em Itália estava em cima da mesa o 'Compromisso Histórico' de Enrico Berlinguer, uma aliança entre o PCI e a Democracia Cristã; em França, ainda no rescaldo do radicalizado maio de 1968 – o qual tinha também dado origem ao pacto social conhecido por acordo de Grenelle –, o Partido Comunista e o Partido Socialista assinam o Programa Comum. Em nenhum destes países os partidos comunistas tinham proposto tomar o poder por via revolucionária ou pôr em causa o modo de produção capitalista, mas as suas votações expressavam uma radicalização social, temida pela classe dominante da Europa Ocidental e dos Estados Unidos.

É neste contexto que se dá a Revolução Portuguesa, país onde, *ao contrário* das medidas recessivas da crise de 1973, se conquistam aumentos salariais. Contra a onda europeia de surgimento dos pactos sociais, o conflito entre patrões e trabalhadores torna Portugal o centro do mundo, ocupando à altura um lugar tão ou mais relevante que aquele que é hoje ocupado pela crise grega. Temia-se, então como agora, um efeito disruptivo a nível europeu de um pequeno país situado na sua periferia, como escreve Lémus a partir do estudo dos arquivos norte-americanos (LEMUS, 2001).

Uma onda generalizada de greves

Não dispomos de nenhum estudo sistemático que abarque um estudo das greves durante todo o período da Revolução Portuguesa e os dados quantitativos são, como é comum neste tipo de pesquisa (VAN der VELDEN, 2007), extremamente deficitários. Verifica-se um sub-registo das greves. Há dados oficiais e das centrais sindicais, estudos parciais, que dizem respeito às primeiras cinco semanas da revolução (SANTOS et al, 1976) e um estudo amplo dos conflitos colectivos que não distingue greves de outro tipo de conflitos sociais (MUÑOZ, 2000). Muñoz registou 958 conflitos de empresa e fábrica. Com excepção de julho e agosto de 1974, todos os meses registam mais de 100 conflitos por mês. Muitos destes conflitos, é plausível que a maioria, foram greves, greves parciais ou outro tipo de conflitos laborais acompanhados também de paralisações da produção.

Avançamos como hipótese de investigação uma periodização de 5 fases ou surtos grevistas durante o biénio 1974-1975, critério que resulta de uma combinação da recolha dos dados quantitativos disponíveis nas obras citadas com uma análise qualitativa, que privilegia o impacto político destas greves, estudado a partir de uma investigação sobre a história do Partido Comunista Português, o maior partido de base operária e camponesa em Portugal, entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975. (VARELA, 2011).

Assim, verificamos um primeiro período de greves, que é aquele sobre o qual temos mais estudos, que corresponde *grosso modo* ao mês de maio de 1974 e que resulta da explosão social provocada pela queda da ditadura e pela crise no Exército – o ódio à ditadura e a exigência de democratização do país iniciam um período de grande mobilização social da qual já fazem parte reivindicações de carácter económico, como a exigência do aumento do salário mínimo (FERREIRA, 1993).

No quadro 1 elaborámos uma sistematização, baseada em Santos et al (1976), com as greves que ocorreram entre 25 de abril de 1974 e 1 de junho do mesmo ano. Em cinco semanas há 97 greves e 15 ameaças de greve, mais do que ocorreu em cada um dos anos precedentes, incluindo no pico de greves de 1969 (registaram-se nesse ano todo 100). A maioria das greves regista-se na indústria, 58, e em 35 destas greves verifica-se a ocupação da fábrica ou empresa. Em 4 regista-se o sequestro de pessoas e bens.

As greves que se registam neste estudo são maioritariamente greves «selvagens», decididas em assembleias democráticas de trabalhadores e dirigidas, na maior parte dos casos, pelas comissões (conselhos) de trabalhadores. São convocadas à margem do Partido Comunista e do Partido Socialista (ambos faziam parte do governo) e dos sindicatos, que estavam agora a formar-se na maioria dos casos. Algumas das greves surgem em sectores onde durante a ditadura tinha havido mobilização – transportes,

material electrónico, seguros, pescadores –, mas a greve passa a ser um fenómeno tão corrente e comum na sociedade portuguesa que atinge agora todos os sectores e a nível nacional. Algumas destas greves têm uma importância qualitativa porque paralisam a capital macrocéfala do país (como a greve dos transportes urbanos e do pão em fim de maio de 1974 ou a greve dos CTT, que junta 35 mil trabalhadores – apesar da oposição do sindicato dirigido pelo PCP e que acaba por ser derrotada pela intervenção policial enviada pelo Governo Provisório, de que fazia parte o PCP).

Quadro 1 – Greves entre 25 de Abril e 1 de Junho de 1974 em Portugal

Setores / Ramos produtivos	Formas de Luta			
	Ameaça de greve	Greves	Ocupação de fábrica / empresa	Sequestro de pessoas e bens
Indústria	08	42	26	04
Gás, Electricidade, Água, Transportes, Comércio e Comunicações	06	15	08	–
Banca, Seguros, Serviços	01	01	01	–
Total	15	58	35	04

Fonte: SANTOS et al (1976)

No estudo de Santos et al (1976) a maioria das reivindicações destas greves são aumentos salariais, salário mínimo, participação nos lucros da empresa, 13º e 14º mês, e, em 40% dos casos, controle sobre a empresa. Este padrão manter-se-á ao longo das greves de toda a revolução, de acordo com Cristovam (1982)[5]. O controle sobre a empresa no estudo de Santos et al (1976) refere-se à participação na gestão, publicidade dos vencimentos e saneamentos. Em quase 50% dos processos de luta, estudados pelos referidos autores há exigência de saneamentos, ou seja, de destituição dos quadros das empresas, gestores e administradores afectos ao regime fascista.

Um novo período de greves surge no final de agosto de 1974. Os seus contornos não são evidentes. É provável que resultem de uma conjugação de factores políticos e económicos, onde se inclui a vitória que representou a aprovação da lei da independência das colónias, o concomitante enfraquecimento da direcção do Estado, resultado das divergências entre a burguesia a propósito deste objectivo, e por outro lado o aprofundamento da crise económica (COGGIOLA; MARTINS, 2006;

[5] Ainda de acordo com este estudo, no período pós-revolucionário os dados apontam um decréscimo das reivindicações que questionam os centros de poder da empresa e destacam um aumento das reivindicações salariais, que passam de 39,8% em 1974 para 61,3% em 1979.

ROSA, 1975). A crise económica atingiu a classe dominante nacional, provocando divisões no seu seio e praticamente inviabilizando o esforço de guerra que já dominava 40% das despesas do Estado (e 8% do PNB). A crise cíclica de 1973 foi a maior crise de acumulação depois do fim da II Guerra Mundial. Em 1974 a produção nos Estados Unidos, economia reguladora do sistema mundial, tinha caído 10,4% e o desemprego situava-se em 9%. Em Portugal, a taxa de variação do Produto Interno Bruto passa de 11,2% em 1973 para 1,1% em 1974 e -4,3% em 1975. O número de desempregados passa de 40.000 em abril de 1974 para 320.000 em novembro de 1975 (ROSA, 1975). À crise responderam dezenas de patrões com despedimentos e encerramento de fábricas e empresas. Este período é representativo, sobretudo não tanto pela dimensão quantitativa das greves, mas pelo impacto político de três greves em particular: as greves da TAP, do Jornal do Comércio (que envolve uma greve de solidariedade de todos os jornais nacionais com excepção de O Século e o Diário de Lisboa, afectos ao PCP) e dos estaleiros navais da Lisnave (que envolve uma manifestação que uma unidade militar de elite, os fuzileiros, se recusam a reprimir). O governo vai responder à tensão social com uma onda de repressão, que inclui a militarização dos trabalhadores da TAP; a tentativa frustrada de repressão armada da Lisnave, a repressão através da PSP e do RAL 1 dos trabalhadores do Jornal do Comércio e, finalmente, a aprovação de uma lei restritiva de direito à greve.

No dia 25 de Julho os Comités Operários de Base (COB) da TAP lançam um comunicado, no qual afirmam que numa empresa capitalista não há conciliação possível de interesses de classe antagónicos:

> Não nos deixaremos intimidar por manobras que tentem levar-nos a desistir da nossa luta, nomeadamente por aqueles que agitam o espantalho do caos económico. O caos económico foi o que sempre existiu e continua a existir. O caos económico é a produção não estar orientada para a satisfação das necessidades da maioria e estar orientada para o lucro máximo de uma minoria. Isso é que é o caos económico e esse caos só acabará quando a nossa luta atingir a vitória final, o capitalismo for derrubado e passemos a estar nós trabalhadores a controlar toda a sociedade no sentido de atingir uma sociedade sem classes, sem exploradores nem explorados (SANTOS et al, 1977).

Esta lei, aprovada no dia 27 de agosto de 1974, previa que: 1) os contratos colectivos não podiam ser renegociados antes do fim do prazo, o que significava, num quadro de inflação de dois dígitos, que os salários eram rapidamente comidos por esta, criando condições para acelerar a extracção da mais-valia; 2) Proibia a greve às forças militares e militarizadas, aos bombeiros, às forças policiais e aos magistrados judiciais; 3) Proibia a "cessação isolada de trabalho por parte do pessoal colocado em sectores estratégicos da empresa, com o fim de desorganizar o processo produtivo"

e proíbe a ocupação dos locais de trabalho durante a greve; 4) No seu artigo 6º proíbe a greve política e de solidariedade; 5) Assegurava à entidade patronal o direito de *lock-out*. Era uma lei com alvos óbvios: não permitia as greves de solidariedade e proibia as ocupações[6].

A lei vai ser, *de facto*, combatida pelos grevistas da TAP e do Jornal do Comércio e declaradamente posta em causa na manifestação dos operários dos estaleiros navais da Lisnave que, no dia 12 de setembro de 1974, marcham sobre o Ministério do Trabalho exigindo a sua revogação. No comunicado que os operários distribuem à população de Lisboa podia ler-se:

> […] Que não estamos com o Governo, quando promulga leis antioperárias, restritivas à luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Que lutaremos activamente conta a 'lei da greve' porque é um golpe profundo nas liberdades dos trabalhadores. Que repudiamos o direito que os patrões têm de colocar na miséria milhares de trabalhadores porque a lei do *lock-out* é uma lei contra os operários e de protecção aos capitalistas. (SANTOS et al, 1976).

A 27 e 28 de setembro de 1974, reagindo a uma tentativa de golpe de direita, o país mobiliza-se em barricadas, corte das vias de comunicação. Esta mobilização tem um extraordinário sucesso e provoca a derrota imediata do golpe. Verifica-se nos meses seguintes um recuo nas greves, o qual se poderá explicar, entre outros factores, pela crescente influência do MFA no governo, a aliança política entre PCP e MFA no controle das reivindicações laborais, executada através do crescente papel do Ministério do Trabalho em coordenação com a Intersindical.

Porém, a situação política radicaliza-se e um novo período de greves registar-se-á a partir de fevereiro de 1975, reflectindo um processo de radicalização da revolução em que crescem os conflitos sociais em geral (MUÑOZ, 2000). Este período é marcado pela multiplicação dos organismos de duplo poder (DOWS, 1978) (nesta fase, sobretudo comissões de trabalhadores e moradores[7]), pelo desenvolvimento das ocupações de terras no Sul a partir de fevereiro de 1975, pela exigência de nacionalização da banca levada a cabo pelos trabalhadores bancários que se estende às maiores empresa do país, nomeadamente ao maior grupo empresarial, o grupo CUF. Neste período, há greves em dezenas de fábricas e empresas. Destacam-se greves na TAP, nos químicos, nos liceus uma greve geral[8] prosseguiu durante quase um mês. Começa o conflito da Rádio Renascença,

[6] Em 1977 entra em vigor uma nova Lei da Greve que revoga a lei aprovada durante a revolução. A grande novidade é que a nova lei proíbe o *lock out*; retira-se da lei a proibição de greves políticas e de solidariedade, bem como a proibição de ocupar a empresa ou "desorganizar o processo produtivo" e, entre as empresas que estão obrigadas a serviços mínimos, desaparecem as instituições de crédito e "industriais indispensáveis para a defesa nacional», mantendo-se os hospitais, correios e telecomunicações, bombeiros, abastecimento de águas, energia. A Lei da Greve de 1977 é muito menos restritiva do que a lei aprovada em agosto de 1975.
[7] As comissões de soldados desenvolver-se-ão a partir de setembro de 1975.
[8] *República,* 5 de março de 1975, p. 12.

com sucessivas paralisações e ocupações por parte dos trabalhadores[9]. De novo, um falhado golpe de direita provoca uma mobilização geral dos trabalhadores para impedir o golpe, desta vez a 11 de março de 1975.

O quarto período de greves dá-se entre maio e julho de 1975, onde pudemos verificar um aumento substancial do número de greves e sobretudo a generalização da reivindicação de controlo operário sobre fábricas e empresas. O *Diário de Lisboa,* de 5 de maio de 1975 faz capa daquilo a que chama o "surto grevista"[10]. Uma assembleia-geral dos trabalhadores na indústria hoteleira decide em plenário uma paralisação parcial para dia 5 de Maio, para "forçar o patronato a cumprir as tabelas salariais, negociadas no contrato colectivo"[11]. Também nesse mesmo dia um plenário dos trabalhadores da Câmara do Porto decide pela paralisação – de cerca de 3500 trabalhadores – para corrigir "as graves injustiças salariais"[12]. A paralisação alastra a mais de uma dezena de grandes municípios do Norte do país[13], todos de implantação operária. No mesmo dia ainda, os químicos do Norte, cerca de 15.000 trabalhadores, decidem-se pela greve, uma vez que os grémios romperam unilateralmente as negociações do contrato colectivo de trabalho[14]. O PCP mostra-se preocupado com "o perigo de agudização artificial de formas de luta e tentativa de fomentar uma ampla vaga de greves simultâneas"[15].

Ainda durante este período há greves na TAP, na Cervisul, nos professores; no metro, nos trabalhadores rodoviários, na marinha mercante, na construção civil, nos pescadores, nos metalúrgicos, nos químicos, na hotelaria, nos editores e livreiros, entre muitos outros sectores. O *Diário Popular*, por exemplo, tem uma secção – que em algumas semanas é diária – dedicada às assembleias e plenários, que somam centenas nestes meses. Duas greves, feitas contra o ministro dos Transportes e Telecomunicações, o comunista Veiga de Oliveira, vão afectar particularmente o governo e direc-tamente o PCP: a greve dos TLP, por aumentos salariais, que se inicia a 17 de junho de 1975 e só terminará depois da intervenção do COPCON (que considera a situação social em Lisboa "caótica"), e a luta popular contra o aumento das tarifas nos transportes, tarifas que o PCP vai defender como "mais próximas dos custos"[16] nas páginas do *Avante!.*

No período de vigência do V Governo, em agosto de 1975, há uma diminuição brusca das greves, o que se explica porventura pelo apoio dado ao governo por importantes sectores da extrema-esquerda e largas camadas de trabalhadores, organizados para defender Vasco Gonçalves e

[9] "Surto Grevista" In: *Diário de Lisboa*, 5 de Maio de 1975, p. 1, "A TAP disse não à greve", In: *Diário de Lisboa*, 6 de maio de 1975, p. 1
[10] *Diário de Lisboa*, 1975, p. 1
[11] *Diário de Lisboa*, 1975, p. 1
[12] "Paralisação na Câmara do Porto". In: *Diário de Lisboa,* 5 de maio de 1975, p. 1
[13] Penafiel, Gondomar, Valongo, Póvoa do Varzim, Gaia, Matosinhos, Vila de Conde, Marco de Canavezes.
[14] "Químicos do Norte param esta noite". In: *Diário de Lisboa,* 5 de maio de 1975, p. 1
[15] "A situação sócio-política analisada pelo PC e o MDP". In: *Diário de Lisboa,* 8 de maio de 1975, p. 20
[16] "Com o PCP pela Unidade Popular Rumo ao Socialismo". In: *Avante!*, Série VII, 3 de julho de 1975, p. 4.

o seu frágil governo. Este período é, no entanto, seguido por uma onda de greves e conflitos a partir de setembro de 1975 que vai estender-se de forma imparável até ao golpe contra-revolucionário de 25 de novembro de 1975. Emblemática entre as inúmeras paralisações, nos campos, nos metalúrgicos, na Rádio Renascença, será neste período a greve dos operários da construção civil, acompanhada por um cerco de quase 3 dias à Assembleia Constituinte, e onde terão estado cerca de 100 mil trabalhadores. É talvez o momento de maior crise que o Estado atravessou até aí. Insólito será o governo, preparando já o golpe de 25 de novembro, responder também ele com uma greve, a 20 de novembro de 1975, quando o primeiro-ministro anuncia que "farto de ser sequestrado, o governo decidiu entrar em greve"[17].

A natureza das greves do biénio 1974-1975

Estas greves, que sumariamente descrevemos, apresentam algumas características comuns, que nos permitem retirar algumas conclusões sobre a sua natureza, os seus resultados, as suas direcções, durante 1974-1975.

A primeira conclusão é que são protagonizadas pela classe trabalhadora, e em grande medida pelos trabalhadores industriais. A maioria dos conflitos sociais da revolução portuguesa é protagonizada pelo operariado (19% da conflitualidade laboral dá-se na indústria têxtil, 15% na maquinaria e fabricação de produtos metálicos, 9% na construção e obras públicas, 7% na indústria química e alimentação), em particular o operariado das grandes cinturas industriais (Porto, Lisboa e Setúbal), com particular destaque para Lisboa, distrito no qual ocorrem 43% dos conflitos laborais. São conflitos protagonizados por uma classe operária jovem (a grande migração do campo para a cidade dá-se a partir do início dos anos 60) e concentrada geograficamente nas duas margens do Tejo, em Lisboa e Almada, e em Setúbal.

Uma das características destas greves é que são maioritariamente convocadas em assembleias e plenários de trabalhadores. Na base da decisão da greve predomina a forma de organização basista e democrática, nas palavras de Marinús Pires de Lima, a "acção directa, de base e espontânea" (LIMA, 1986, p. 541). É difícil saber qual o grau de espontaneidade porque outra das características de grande parte destas greves é que são dirigidas pela extrema-esquerda (sobretudo os grupos maoístas, mas não exclusivamente), que conseguem ter influência em importantes sectores operários e populares (CTT, TLP, Lisnave, TAP, Jornal do Comércio, Químicos, Liceus e Universidades, Rádio Renascença, República). Esta é uma novidade face a períodos anteriores, onde os comunistas alinhados com a URSS dominavam

[17] Arquivo da RTP. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=6DB42QUJYSM>. Acesso em: 19 jan. 2010.

os processos grevistas. Porém, desde o Maio de 1968 que deixa de existir essa hegemonia (BIRKE et al, 2009) e isso é também visível no caso da Revolução Portuguesa.

Referimos neste trabalho a importância das reivindicações com carácter igualitário nas greves deste período. Entre as exigências salariais de 1974-75, que eram 39,8% das reivindicações totais, há uma referência permanente ao aumento de salário igual para todos, redução do leque salarial, constituição do salário mínimo nacional (CRISTOVAM, 1982). Surgem ainda reivindicações novas, típicas de um período revolucionário, como trabalho igual, salário igual; abolição de privilégios na empresa. Neste quadro de um processo marcado por uma forte consciência de classe destaca-se a luta pelo controle operário que vem associada a parte destas greves, sobretudo depois de 11 de março de 1975.

Fátima Patriarca, num estudo realizado sobre o controlo operário, dá dezenas de exemplos de comunicados e documentos das assembleias de fábrica e empresas onde se rejeita a batalha da produção e se defende o controlo operário, no sentido de uma medida de luta contra a exploração capitalista e como forma de o movimento operário criar lideranças e consciência de classe para abolir o sistema de relações capitalistas. Na Sociedade Central de Cervejas um grupo de trabalhadores apresenta um documento onde afirma que o controlo operário é a "expressão do duplo poder que se opõe a outros interesses que ainda existem e que não são os da classe operária" e exigem a nacionalização da empresa, respondem unicamente perante o plenário da empresa e rejeitam medidas que têm "apenas como limite o grau de exploração e não o poder dos capitalistas"(PATRIARCA, 1976, p. 765-816). O Conselho de Defesa dos Trabalhadores da Lisnave escreve, a 17 de julho de 1975, que o controlo operário é o controlo de "o que se produz, como, quando e para quem!" e que rejeita medidas "inseridas numa batalha da economia que não significa apenas produzir mais" (PATRIARCA, 1976, p. 765-816). Os trabalhadores dos estaleiros da Margueira defendem também nesta data que "não existe controlo operário, quando pretendemos gerir os negócios do patrão" (PATRIARCA, 1976, p. 765-816). Os trabalhadores da Sacor, no norte, em maio de 1975, propõem a cedência de fuel e gás a empresas com problemas de ordem económica onde houve fuga dos patrões (claramente um processo de controle operário, uma vez que a proposta é que a produção seja cedida gratuitamente) e defendem que o controlo operário só terá significado se "levar a um aumento da sua consciência (dos trabalhadores), isto é, se lhes fizer ver cada vez mais claramente quais são os seus verdadeiros interesses e se a levar a pôr a questão fundamental: a conquista do poder" (PATRIARCA, 1976, p. 765-816).

Assinalámos ainda que as greves da Revolução dos Cravos tiveram a oposição sistemática do Partido Comunista Português (PCP), que reivindicou a necessidade de uma política de reconstrução nacional, conside-

rando que as greves punham em causa a economia nacional[18], que estava, de acordo com o PCP, numa fase de transição para o socialismo[19]. Assim, o partido denuncia as greves como "aventureiras", obra de "provocadores", potencialmente responsáveis pelo "retorno ao fascismo", "actos de sabotagem"[20]. Liderará mesmo uma manifestação, em Lisboa, a 1 de junho de 1974, organizada pela Intersindical, com o mote "Não à greve pela greve"[21]. São frequentes os comunicados, como este, em que se pode ler que

> [...] A arma da greve – que é um direito agora conquistado – não pode ser usada com leviandade. No contexto político actual é preciso esgotar outras formas de luta, tais como a negociação com o patronato, na obtenção das justas reivindicações e só então – e sempre com olhos postos no que é fundamental e no que é secundário[22].

Esta posição do PCP é indissociável da política de alianças que defendia a participação num governo de unidade nacional com sectores da burguesia portuguesa. Só a análise do factor organizativo nos poderá explicar, por exemplo, porque em Portugal não houve uma greve geral em 1974-75, apesar de existiram situações de greve generalizadas no país, que paralisaram Lisboa, a capital macrocéfala de Portugal, e contribuíram para a queda de governos de unidade nacional, onde participavam partidos de base operária. Na Espanha franquista, longe do governo e ainda na ilegalidade, o PCE chamava à greve geral nas páginas do *Mundo Obrero*[23]. Em Portugal, quando os golpes de 28 de setembro e 11 de março ameaçam o regime democrático o PCP chama a uma mobilização com características parciais de uma greve geral insurreccional (bloqueio de vias de acesso, mobilização geral dos trabalhadores), mas quando a mobilização geral ameaçava o regime capitalista e a frente popular onde o PCP estava também representado, chamava à contenção das lutas e reivindicações laborais, responsabilizando-as pelo potencial regresso ao regime fascista, uma vez que numa situação de guerra civil, a direcção do PCP considerava que os trabalhadores não tinham possibilidade de vencer dado o predomínio das classes médias e da pequena propriedade em Portugal. Ao colocar-se contra as greves, o PCP, através da sua influência directa nas fábricas e através da direcção maioritária da Intersindical, contribuiu para obstaculizar a unificação de um projecto revolucionário entre os trabalhadores, considerando não existir relação de forças que permitisse a vitória desse projecto.

O resultado destas greves variou muito entre a forte repressão e a concessão de importantes benefícios aos trabalhadores ou ambas em si-

[18] "Os ferroviários a favor da nacionalização da CP". In: *Avante!*, Série VII, 10 de abril de 1975, p. 7
[19] "Economista Soviético fala sobre Nacionalizações". In: *Avante!*, Série VII, 17 de abril de 1974, p. 7.
[20] "Com o PCP pela Unidade Popular Rumo ao Socialismo". In: *Avante!,* Série VII, 3 de julho de 1975, p. 4.
[21] "Os trabalhadores unidos contra os manejos da reacção". In: Avante!, 7 de junho de 1974, p.3.
[22] "O principal problema do momento político". In: *Avante*!, 31 de maio de 1974, p.1.
[23] *Mundo Obrero,* mayo 1974 – julio 1975.

multâneo, uma vez que greves importantes tiveram no imediato uma resposta armada, mas os seus objectivos são mais tarde conseguidos (Jornal do Comércio, Lisnave). Sabemos que em grande parte das empresas, as greves, conjuntamente com outros conflitos sociais, levaram a importantes vitórias e à aceitação, por parte do governo e das empresas, de várias reivindicações dos trabalhadores, que no conjunto vão representar a consagração do Estado de Bem-estar Social em Portugal. O governo vê-se obrigado a actualizar o salário mínimo (de 3.300 escudos para 4.000 escudos entre abril de 1974 e abril de 1975) e a aprovar medidas de contenção de preços dos bens alimentares, isto depois de várias manifestações ao longo do mês de março de 1975 contra a "carestia de vida"[24]. Em muitas fábricas e empresas o governo é obrigado a intervir (em mais de 300 ao todo) para evitar despedimentos e descapitalização, conseguindo os trabalhadores que a fábrica mantenha a produção e os postos de trabalho. Em muitas outras empresas conseguem-se aumentos salariais, generalização do contrato colectivo, 13º mês, subsídio de Natal. Também foram conseguidas melhorias generalizadas ao nível da previdência, assistência na maternidade, subsídio de desemprego, subsídio de doença e invalidez.

Mas o governo também responde com forte repressão. Primeiro aprovando medidas de cunho corporativista (SCHMITTER, 1999) como a unicidade sindical, a restrição do direito à greve, e mesmo a tentativa de militarização da força de trabalho nacional como a proposta consagrada no *Documento Guia Povo-MFA,* onde se tentou, em vão, impor a tutela do MFA sobre o movimento operário organizado. Depois, é pela mão do governo, e muitas vezes das unidades militares mais conotadas com a esquerda, nomeadamente o COPCON, chefiado por Otelo Saraiva de Carvalho, ligado à extrema-esquerda, que são impostas medidas de militarização do trabalho ou de forte repressão militar das greves – caso dos CTT e da TAP em 1974, do Sindicato dos Químicos, dos TLP, da Rádio Renascença, em 1975, entre outros. É possível que a escolha de métodos repressivos executados ou encobertos por organizações em que os trabalhadores confiavam resultasse da caracterização, por parte do governo, de que teria sido mais ineficaz se estas medidas repressivas tivessem sido executadas por unidades militares conotadas com o antigo regime ou com a direita militar.

O quadro político e sindical português, por herança da ditadura salazarista, determinou que a maioria da classe operária e sectores intermédios da sociedade não pertenciam, quando do golpe de 25 de abril, a nenhuma organização política e os sindicatos fascistas estavam totalmente desacreditados. O PS tinha-se formado em 1973, mas era em 1974 apenas um embrião de partido, com quadros oriundos da pequena burguesia, quase todos no exílio, e o PCP, a maior organização política de Portugal e a única

[24] "Medidas Revolucionárias. Avanço da revolução". In: *Avante!,* 24 de abril de 1975, p. 8.

que tinha resistido efectivamente ao fascismo, mantendo no interior um sector de quadros clandestinos importantes, muitos dos quais presos, não teriam mais de 3000 militantes (BRITO, 2010) , uma parte deles assalariados rurais do sul de Portugal (um ano depois da revolução, o PCP cresce para cerca de 100 000 militantes). Os sindicatos nacionais, controlados pelo governo, estavam desacreditados como estruturas de direcção do movimento operário e a Intersindical, uma estrutura alternativa criada em 1970, dirigida por católicos progressistas, PS e, sobretudo, PCP, chega ao 25 de abril dirigindo apenas 12 sindicatos. Assim, quando a ditadura cai esta era uma classe trabalhadora desenquadrada, que passa a funcionar sob a forma de plenários e assembleias e só progressivamente se integra nas estruturas sindicais, dirigidas pelo PCP. Mas esta, que foi a sua força inicial, revelou-se com o desenrolar da revolução a sua fraqueza. Apesar da disponibilidade dos trabalhadores para manterem um clima de oposição quase sistemática ao governo e de colocarem em prática formas de conflitos que questionavam a propriedade privada dos meios de produção; apesar de defenderem, com um grau de consciência de classe inédito na Europa do pós-guerra um projecto estratégico de ruptura com o capitalismo – defender a "construção de uma sociedade socialista" era uma ideia generalizada ao ponto de ficar fixada no preâmbulo da Constituição[25]; apesar de terem protagonizado o mais radical dos processos revolucionários da Europa do pós-guerra, os trabalhadores portugueses foram derrotados com o golpe de 25 de novembro de 1975, derrotados com relativa rapidez e sem guerra civil.

Entre as explicações para que lutas tão radicais, surtos de greves tão extensos, não tenham logrado, não uma vitória, mas sequer uma defesa consistente do projecto estratégico que abraçavam tão energicamente está certamente a inexistência de uma organização política ou de uma coordenação nacional das formas mais radicais e embrionárias de conselhos que surgiram, as comissões de trabalhadores. Assim, aquilo que foi parte indispensável da sua força inicial revelou-se também responsável, ainda que parcialmente, pela sua derrota. Em síntese, e de forma esquemática, em grande medida verificou-se que as comissões de trabalhadores, que dirigiam estas greves, nunca estiveram unificadas num organismo nacional e o único organismo nacional que havia, a Intersindical, era contra as greves.

Notas Conclusivas

O número de greves e a sua radicalidade, no quadro de um governo com participação de partidos operários e social-democratas, em geral hostis a estas mesmas greves, demonstra o hiato que existe entre factores objectivos e subjectivos no processo revolucionário. As razões da derrota

[25] Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>. Acesso em; 14 jul.de 2010.

da Revolução Portuguesa, em 1975, são complexas e de ordem múltipla. Mas entre elas não pode estar uma análise porventura mecanicista que quantifica o peso das classes médias e das classes proprietárias, assumindo sem o comprovar, que entre as classes trabalhadoras e as suas organizações existiu uma simbiose política. O que as greves da Revolução Portuguesa nos demonstram é justamente o contrário – as greves foram feitas contra as maiores organizações políticas e sindicais do movimento operário e de assalariados agrícolas e, no entanto, mesmo com a oposição destas organizações, o antagonismo do governo, e muitas vezes com a repressão do MFA, as greves realizaram-se, colocando milhões de trabalhadores que subjectivamente apoiavam este governo e estas organizações objectivamente contra elas. A relação de forças entre as classes sociais na revolução (marcada pela força de sectores de trabalhadores e pelo enfraquecimento político e militar da burguesia portuguesa) determinava condições *objectivas* para que o apoio às greves por parte da Intersindical e do PCP, e mesmo uma política de greve geral (seria uma greve geral com carácter insurreccional), tivesse como consequência a abertura de uma guerra civil, ou seja, a tomada de poder, a insurreição, por parte dos trabalhadores.

Referências

ANUÁRIO Estatístico de Portugal. Instituto Nacional de Estatística, several years; CGTP, Greves Sectoriais, 1989-2008; DGEEP, Direcção Geral de Estudos Estatísticas e Planeamento, Greves, 1986-2007, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; Direcção Geral da Administração Pública. Greves Gerais da Administração Pública 2007-2008.

ARCARY, V. *As esquinas perigosas da história*: situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo: Xamã, 2004.

BEAUD, M. *História do capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1992.

BIRKE, P.; HUTTNER, B.; OY, G. (HRSG.). *Alte Linke – Neue Linke?* Die sozialen kampfe der 1968er jahre in der discussion. Berlin: Karl Dietz Verlag, 2009.

BRITO, C. *Álvaro Cunhal, sete fôlegos do combatente*: memórias. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2010.

COGGIOLA, O.; MARTINS, J. *Dinâmicas da globalização* (Mercado Mundial e Ciclos Económicos. 1970-2005). São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo, 2006.

CRISTOVAM, M. L. *Conflitos de trabalho em 1979*: breve análise sociológica. Lisboa: Ministério do Trabalho, 1982.

DOWS, C. *Os moradores à conquista da cidade*. Lisboa: Armazém das Letras, 1978.

FERREIRA, A.M. Portugal em transe (1974-1985). In: MATTOSO, J. (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

FRANCO, A.S. "A Economia". In: REIS, A. (Coord.). *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

FREIRE, J.B. "Greves Operárias". In: ROSAS, F.; BRITO, J.M.B. (Dir.). *Dicionário de história do Estado Novo*. Lisboa: Bertrand Editora, v. I, 1999.

GOLDNER, L. *Ubu saved from drowning*: class struggle and statist containment in Portugal and Spain, 1974-1977. Cambridge MA: Queequeg Publications, 2000.

LEMUS, E. *En Hamelin... La transición Española más allá de la frontera*. Oviedo: Septem Ediciones, 2001.

LIMA, M. P. Transformações das relações de trabalho e acção operária nas indústrias navais (1974-1984). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 18-19-20, fev. de 1986.

MAMMARELLA, G. *Historia de Europa contemporánea desde 1945 hasta hoy*. Barcelona: Ariel, 1996

MUÑOZ, D. *Contención y transgresión*: las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa. Madrid: CPPC, 2000.

NARCISO, R. *Álvaro Cunhal e a dissidência da terceira via.* Lisboa: Ambar, 2007.

PATRIARCA, F. "Greves". In: BARRETO, A. (Coord.). *Dicionário de história de Portugal.* Porto: Figueirinhas, v. VIII, 1999.

PATRIARCA, F. Controle operário em Portugal (I). *Análise Social*, n. 47, v. XII (3º), 1976, p. 765-816.

ROSA, E. *A Economia portuguesa em números*. Lisboa: Moraes Editora, 1975.

ROSAS, F. *Pensamento e ação política* Portugal século XX (1890-1976). Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

SANTOS, M. L. L.; LIMA, M.P; FERREIRA, V.M. O *25 de abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, 3 v.

SCHMITTER, P. *Portugal:* do autoritarismo à democracia. Lisboa: ICS, 1999.

TILLY, C., *Las revoluciones europeas, 1492-1992*. Barcelona: Crítica, 1995.

VALERY, P. "La politique fût d'abord l'art d'empêcher les gens de se mêler de ce qui les regarde", 1941.

VAN der VELDEN. (Ed.), *Strikes around the world, 1968-2005*. Amsterdam: Aksant, 2007.

VARELA, R. *História da política do partido comunista português durante a Revolução dos Cravos (1974-1975)*. Lisboa, Bertrand, 2011.

Recebido em 21 de abril 2013.
Aprovado para publicação em 04 de junho de 2013.

Yaqui Indian cotton picker. Cortaro Farms, Pinal County, Arizona, 1940. Dorothea Lange.